

Manuais de História ainda contam o mundo à moda do Estado Novo

Os portugueses só são violentos quando os forçam a isso, ao contrário dos africanos ou mouros

Clara Viana

Os manuais de História do 3º ciclo do ensino básico continuam a perpetuar “muitos dos discursos do Estado Novo”. São apresentados de um modo “mais subtil e suavizado”, mas constituem “um corpo ideológico” que continua a condicionar o modo como se fala do racismo, do nacionalismo e da “história dos outros”. As constatações são da investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra Marta Araújo e têm como base uma análise dos cinco manuais de História mais vendidos, em 2008/2009, no 7º, 8º e 9º anos de escolaridade.

Esta análise constituiu o ponto de partida para a investigação *Raça e África em Portugal*, que Marta Araújo lidera no CES. No âmbito deste projecto, que ficará concluído em Agosto, estão a ser realizadas também entrevistas a historiadores, estudantes universitários, professores e alunos do 3º ciclo.

“Tentámos ir mais além da identificação das representações dominantes. Sabemos que são estereotipadas, existem imensos estudos que o mostram. Em vez de fazermos mais um, assumimo-los como ponto de partida e fomos antes tentar explorar a ideologia que lhes subjaz e o modo como através desta se naturalizam as relações de poder”, explica a investigadora.

Como se conta o mundo então? “Garantindo a presença da Europa no seu centro.” “Este eurocentrismo exprime uma pretensão universalizante, através da qual o modelo de desenvolvimento europeu ocidental é adoptado como padrão para avaliar todas as outras sociedades”, explica Marta Araújo.

Clara Serrano, investigadora dos Centros de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, também tem andado à volta dos manuais de História do ensino básico e à semelhança de Marta Araújo constatou que nestes livros “a história universal é estruturada e apresentada a partir de uma perspectiva marcadamente eurocentrista”. “A história dos outros continentes é muito pouco leccionada - e, quando é, é-o como efeito secundário do conhecimento de actividades de descobrimento e colonização protagonizadas por povos europeus”, explica. Não é um exclusivo: “É curioso verificar que os próprios manuais dos pa-

íses não europeus não conseguiram escapar a esta linha europeísta.”

Para Marta Araújo, o eurocentrismo como ideologia ganha eficácia “através da despolitização”. Por exemplo, a guerra colonial tende a ser descrita “não como uma guerra de libertação, mas sim como uma guerra de guerrilha sem um propósito”. Há livros em que as únicas imagens reproduzidas são a de soldados portugueses mortos, uma forma, segundo a investigadora, de reforçar uma narrativa recorrente. “Também a encontramos, por exemplo, nos capítulos da Reconquista da Península Ibérica. E a imagem que se faz passar é que nós, portugueses, fomos forçados a sermos violentos, enquanto eles, sejam angolanos ou mouros, são naturalmente violentos e bárbaros.”

É o que está patente nestes trechos apresentados em manuais do 7º e 9º ano e que são reproduzidos pela investigadora num artigo publicado na revista *Estudos de Sociologia*.

Sobre a Reconquista: “No século VIII, os Cristãos viram a sua vida quotidiana - em si bastante instável - ameaçada pela chegada dos Muçulmanos. Em consequência os Cristãos estabeleceram contacto com os Cruzados de outros reinos Cristãos Europeus com os quais reuniram esforços para recuperarem os territórios perdidos(...).”

Sobre a guerra colonial: “Um sentimento generalizado de medo entre os colonos levou-os a matar muitos

indígenas enquanto outros fugiram, indo juntar-se aos guerrilheiros. Posteriormente, tribos do Norte de Angola assassinaram centenas de colonos.”

“Há sempre um jogo que naturaliza a nossa violência e que esvazia o lado político da luta deles”, frisa Marta Araújo.

“Ranking dos colonialismos”

Num manual do 8º ano explica-se que os portugueses foram para África, porque queriam fazer comércio. O modo como se narra o que aconteceu então e depois acaba por dar corpo a uma espécie de “ranking dos colonialismos”. “O racismo é sempre tido como um fenómeno circunscrito e associado aos impérios francês e britânico.” As atrocidades ficam sobretudo por conta dos espanhóis. E a nós atribuem-nos uma espécie de “colonialismo suave”, uma leitura que, segundo Marta Araújo, voltou a ganhar força nos últimos dez anos.

Com a ênfase europeia no multiculturalismo, Portugal volta a apresentar-se como tendo um papel pioneiro, ressuscitando “o discurso lusotropicalista que foi apropriado pelo Estado Novo” - essa ideia de que os portugueses sempre tiveram melhor capacidade de adaptação a outros povos e culturas. “Nunca se discute o fenómeno do racismo. Ou é tido como um fenómeno circunscrito a outros, ou como uma atitude individual, ou como ligado a situações extremas, como o nazismo”, frisa.

Não por acaso, acrescenta, na maioria dos manuais não existe uma única referência aos ciganos: “É uma parte da população que desapareceu.” Os manuais escolares, sendo um dos principais recursos utilizados nas salas de aulas, “dizem bastante sobre o modo como se ensina a História nas escolas”, afirma Clara Serrano.

Existe uma “simplificação” que é potenciada pela extensão dos programas em vigor e a carga horária reduzida atribuída à disciplina. E esta simplificação contribui para o êxito de um propósito, adverte: “Não nos podemos esquecer que os manuais são transmissores de valores que a instituição escolar e, em última análise, o poder instituído pretendem transmitir. Por isso, a escolha da linguagem, do estilo, a selecção dos assuntos e dos textos, a organização e hierarquização dos conteúdos não será de todo inocente.”

Guerra colonial tende a ser descrita como uma guerrilha sem propósito



“

O racismo é sempre um fenómeno circunscrito e associado aos impérios francês e britânico

Marta Araújo, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

”

É cada vez mais difícil interessar os jovens

Não se conquistam alunos sem histórias com rosto

● Quando se resume a conquista de Lisboa a um parágrafo, a restauração da independência a pouco mais, ou as causas da I Guerra Mundial a duas linhas, quantas histórias ficam pelo caminho? São apenas exemplos, mas a História está a perder as suas histórias e com este processo “é cada vez mais difícil interessar os mais jovens pelo estudo” da disciplina, afirma Clara Serrano, da Universidade de Coimbra. E acrescenta: “São essas histórias com rosto, com protagonistas, que levam os alunos a sentirem-se ‘transportados’ para outras épocas, envolvidos pelo tempo.”

“Uma seca!” Esta é uma resposta recorrente quando se pergunta a alunos do ensino básico o que pensam da disciplina de História. Clara Serrano compreende-os. Por exemplo, a ela parece-lhe impossível “falar das conquistas do Império Romano, do domínio do Mediterrâneo e da submissão de Cartago sem mencionar as proezas do general Aníbal e a sua travessia dos Alpes” ou “esquecer os paralelismos que podem e devem ser estabelecidos com a actualidade. Como, por exemplo o problema nuclear com o qual o Japão se debate com os bombardeamentos americanos de Hiroxima e Nagasáqui”.

Para este aparente deserto tem contribuído, segundo ela, não só a persistência, nos programas, de uma corrente que tem “tendência para privilegiar o económico, as massas e esquecer a história política, factual e o indivíduo”, mas também a extensão daqueles. Raquel Henriques, presi-



Para alunos História é “uma seca”

dente da Associação de Professores de História (APH), lembra que os programas do 3º ciclo estão em vigor desde 1989-90, quando a disciplina tinha mais três horas semanais do que passou a ter desde as alterações curriculares que entraram em vigor em 2001.

A carga horária foi reduzida, mas os programas mantiveram-se inalteráveis. Por isso, afirma, torna-se necessário adaptar os conteúdos programáticos ao tempo disponível.

Tinha-se previsto que os professores tivessem formação para desenvolverem este processo, mas isso que não aconteceu. Pelo contrário, denuncia Raquel Henriques, que é docente do ensino básico e também lecciona na Universidade Nova Lisboa, pressiona-se os professores pa-

ra que “cumpram os programas na íntegra, privilegiando os conteúdos em detrimento das aprendizagens” e o que resulta deste processo é que “o trabalho colaborativo e construtivo com os alunos fica muitas vezes relegado para segundo plano”.

Com um máximo de duas horas semanais “não há lugar para grandes desenvolvimentos”, constata Luís Alves, da Universidade do Porto. Nem nas aulas, nem nos manuais que, acrescenta, “respeitam o tempo lectivo que os professores dispõem para esta disciplina”. Sem tempo para análise de documentos, para o trabalho de grupo, para a pesquisa, a “essencialidade” tornou-se “um elemento fulcral”, só que, admite, quando se vai “para a essencialidade, vai-se para a parte mais desagradável - a factualidade dos acontecimentos”.

Repensar conteúdos

Para Isabel Barca, do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, “seria útil repensar a selecção de conteúdos programáticos, tendo em conta uma melhor articulação entre ciclos e optar claramente pelo reconhecimento de algumas áreas temáticas que pudessem ser escolhidas em cada escola”. Deste modo, acrescenta, “poder-se-ia explorar melhor, por exemplo, a história local e regional ou outras ópticas da investigação histórica (biografias, vida privada, alimentação, etc.)”.

São abordagens que “contribuem para ‘conquistar os alunos’ e que já se praticam em Portugal, embora ainda

em bolsas restritas”, acrescenta.

Mas a “principal chave de sucesso” para ganhar os alunos passa por uma “formação atualizada” dos docentes que deixe para trás planificações e modelos de aulas ultrapassado, defende Isabel Barca, que se doutorou em ensino da História. Uma formação, acrescenta, que estimule os professores a aplicar o conhecimento “para dar sentido ao mundo e ler os implícitos das mensagens contraditórias desta sociedade de informação”, a levar os alunos a participar “ativamente na interpretação de fontes com mensagens diferentes” e a que “aprendam a narrar a sua ‘ideia de Histórias, em moldes válidos, mas pessoais”. Segundo a investigadora, em Portugal “esta proposta está já a ganhar terreno”.

Já a presidente da APH não se mostra optimista. Desde 2007, podem candidatar-se aos novos mestrados em ensino em História e Geografia candidatos que venham de qualquer outra área científica. Ou seja, os professores de História e de Geografia que leccionarão os alunos do 7º ao 12º ano terão uma formação de base que pode não ser em nenhuma destas duas disciplinas. “O que se lhes vai solicitar daqui uns anos? E o que vai acontecer à História e à Geografia?”, questiona Raquel Henriques. A conclusão, para ela, é óbvia: “A memorização destas áreas científicas e disciplinares tem sido progressiva, mas implacável. E isso está a reflectir-se e vai reflectir-se no trabalho desenvolvido nas escolas com os alunos.”

Clara Viana

Experiência brasileira

O baú de família também pode ajudar

● Ir buscar histórias que não tiveram acesso à História. Este foi o ponto de partida de um projecto de formação contínua de professores que, desde 1997, está a ser desenvolvido na região metropolitana de Curitiba, no Brasil. Chama-se “Recrindo Histórias” e é um projecto de História Local, que se inicia muitas vezes nos arquivos familiares. Uma passagem de avião. Uma foto amarelecida. Uma carta de amor. “Não substituímos o conteúdo básico por estes conteúdos de História local. Mas entendemos que, a partir das fontes e dos materiais que os alunos produzem, dá-se um novo sentido àqueles conteúdos”, explica uma das responsáveis, Tânia Garcia.

Depoimentos recolhidos entre alunos e professores envolvidos dão conta da sua surpresa quando, ao identificar e interpretar documentos retirados aos baús da família “puderam estabelecer relações entre a história por eles vivida e outras narrativas históricas, presentes nos diferentes indícios do passado”.

No projecto, que resulta de uma

parceria entre a Universidade Federal do Paraná e os municípios localizados nesta zona, estão actualmente envolvidos 7500 alunos entre os 9 e os 10 anos e 220 professores, que se têm dedicado a “resgatar e registar elementos da memória e da história

dos habitantes” da região.

Foram produzidos quatro livros específicos para cada um dos municípios abrangidos. Três já estão em uso nas escolas. Estes livros integram os documentos resgatados, que foram articulados com outras fontes,

e também desenhos, narrativas escritas, relatórios, gráficos e outros conteúdos produzidos pelos alunos e professores envolvidos. Em Junho será lançado um arquivo virtual com os documentos reunidos ao longo dos 13 anos do projecto. **C.V.**

Vinte e cinco livros certificados

O apelo à memorização, em vez da análise, compreensão e avaliação

No próximo ano lectivo, para o 3º ciclo do ensino básico estarão disponíveis 25 manuais que foram certificados pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A certificação dos livros escolares passou a ser obrigatória desde 2007. Segundo Luís Alves, responsável pelo processo, os principais problemas identificados, e que foram corrigidos, diziam respeito a incorrecções na bibliografia e à proposta de recursos utilizados que, em alguns casos, “não

visavam os desenvolvimentos de competências” previstas no currículo. Isto acontece, explicita, quando se privilegiam recursos que beneficiam a memorização (um conhecimento da História baseada em factos), em detrimento de outros “que fazem apelo à análise, compreensão e avaliação”.

Ao contrário das investigadoras de Coimbra, Isabel Barca, da Universidade do Minho, não considera que os manuais em vigor sejam redutores. “Direi que não, pelo contrário. Se se

tiver em conta os conteúdos programáticos, os manuais poderão talvez contribuir para alguma dispersão, dado observar-se a tentação de aprofundarem as temáticas para lá do que por vezes é necessário.”

A investigadora frisa que “os manuais actualmente são bastante apelativos pelo uso da imagem e da cor” e que não se limitam “a apresentar um conjunto de conteúdos, colocam também questões sobre as fontes, por vezes de forma desafiante”. **C.V.**



Aulas de História
Manuais contam
o mundo à moda
do Estado Novo
Págs. 10/11